

## EDITORIAL

O número inicial do volume 12 de Trabalho & Educação é distribuído para nossos leitores e assinantes com novidades. O ano de 2003 apresentou-se para nós brasileiros com perspectivas de mudanças, de realizações e de muitas esperanças. O governo do PT carregava a promessa da construção de um projeto mais coletivo de poder para transformação da sociedade e redução da barbárie mercantil e financeira. No entanto, a que estamos assistindo? Uma operação política tática para governar e atenuar os efeitos da herança de FHC ou o aprofundamento e refuncionalização das relações entre Estado, capital e sociedade civil gestadas sob a hegemonia neoliberal?

Temos o direito de cobrar do Partido dos Trabalhadores a efetivação das esperanças em contraposição ao medo da ausência de alternativas. **Trabalho & Educação** está cobrando a ampliação de recursos para a prestação de serviços públicos universais que efetivem direitos sociais. "Mais verbas públicas para escolas públicas" constitui um dos requisitos para a construção de alternativas e, principalmente, para a efetivação do direito à educação escolar em todos os níveis. Queremos e lutamos por políticas públicas de educação que contribuam para processos de transformação das relações sociais.

O direito à educação escolar para todos brasileiros requer condições materiais de ensino, profissionais com formação inicial de nível superior, programas de formação continuada e projetos permanentes de assistência ao educando. Para tanto, os recursos vinculados ao financiamento da educação básica e superior devem ser ampliados e estar dissociados de políticas de assistência social. O gradualismo na operação de mudanças na destinação do fundo público não pode obscurecer o horizonte da ampliação dos recursos destinados a prestação de serviços que asseguram direitos sociais universais. Lutamos, junto com a maioria dos brasileiros que votaram em 2003, pela ampliação dos serviços universais de educação, de saúde, de previdência, acesso à terra e habitação para todos os que trabalham.

As primeiras medidas do novo governo sinalizaram em direção oposta. Um projeto de reforma da previdência que prioriza o equilíbrio financeiro em detrimento das aposentadorias, uma proposta de reforma fiscal "fiscalista" que minimiza a redistribuição de rendimentos, a ampliação de superávits primários e restrição dos recursos para políticas sociais. São ações que apontam para a continuidade do modelo econômico-social presente nos últimos anos. A agenda de mudanças substanciais nos rumos do país proposta aos eleitores está sendo substituída por um programa de governo que atende os setores vencidos na última disputa democrática. Quem governa efetivamente? A resposta cínica a esta pergunta questiona as possibilidades do exercício da democracia. Uma resposta prudente reconhece a importância da lutas sociais constitutivas do governo do *demos*. Na condição de cidadãos e eleitores, reiteramos princípios e



apontamos políticas coerentes. Como pesquisadores e professores comprometidos com estes princípios indicamos possibilidades e alternativas, apesar da permanência de restrição dos recursos para a IFES, da ausência de programas de desenvolvimento do sistema federal de educação superior, de medidas e critérios de "hierarquização" dos periódicos de matriz acentuadamente mercantil.

**Trabalho & Educação** reitera seu compromisso inaugural – 1996 – sobre a importância de pensar e praticar esta relação, portadora de uma sociabilidade emancipatória. Quando as primeiras ações de continuidade político ganham manchetes de jornais e televisão, teimamos e publicamos um número especial que aponta alternativas de formação com os trabalhadores. A temática reuniu pesquisadores, professores, trabalhadores, estudantes e sindicalistas no 1º Seminário Internacional Trabalho e educação: processos de produção e legitimação de saberes organizado em parceria entre o NETE, o Departamento de Engenharia de Produção da UFMG, a Escola Sindical 7 de Outubro - CUT - e o Departamento de Ergologia da Universidade de Provence - França e coordenado pela profa. Eloisa Helena Santos. Os artigos apresentados foram submetidos ao Conselho Editorial de Trabalho e Educação e representam apenas uma pequena parte da rica produção do evento.

**Trabalho & Educação** neste volume apresenta também um novo formato, e insiste em continuar o diálogo iniciado com seus leitores e colaboradores desde 1996. Esta insistência é fruto do trabalho anônimo e teimosia dos membros do NETE, da inestimável colaboração de pesquisadores e autores das mais diferentes instituições de ensino e pesquisa, dos movimentos sociais que informam constantemente novos caminhos a serem trilhados pelas ciências humanas e sociais e tantas outras formas de luta e resistência.

*Marisa R. Teixeira Duarte*  
editora